



DEMOCRACIA E ESTADO MODERNO NO CONTEXTO GLOBAL: DILEMAS E CONTRADIÇÕES

DEMOCRACY AND MODERN STATE IN THE GLOBAL CONTEXT: DILEMMAS
AND CONTRADICTIONS

DEMOCRACIA Y ESTADO MODERNO EN EL CONTEXTO GLOBAL: DILEMAS Y
CONTRADICCIONES

Silvano da Conceição

ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0002-3577-2268>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil

Alessandro André Leme

ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0001-6558-8851>

Universidade Federal Fluminense – Brasil

DOI: 10.22481/poliges.v2i1.8408

Resumo: O presente texto é fruto de reflexões em torno da temática da Democracia e do Estado Moderno, bem como os principais desafios que emergem nas sociedades contemporâneas a partir da evolução tanto da Democracia como do próprio Estado Moderno. Para o desenvolvimento de tal discussão optou-se por percorrer um itinerário que investigou desde as discussões clássicas sobre as temáticas propostas, passando pelas abordagens de alguns teóricos dos séculos XIX e XX, chegando às formulações de autores contemporâneos. Temas como liberalismo, globalização, mundialização, capitalismo acabaram também sendo arrolados no presente texto, na medida em que são temas fundamentais para desenvolvermos uma análise mais completa em torno das duas temáticas, a saber: Democracia e Estado- Moderno.

Palavras chave: Democracia; Estado Moderno; Globalização

Abstract: This text is the result of reflections on the theme of Democracy and the Modern State, as well as the main challenges that emerge in contemporary societies from the evolution of both Democracy and the Modern State itself. For the development of such a discussion it was decided to follow an itinerary that investigated from the classic discussions on the themes proposed, going through the approaches of some theorists of the nineteenth and twentieth centuries, arriving at the formulations of contemporary authors. Themes such as liberalism, globalization, globalization, capitalism have also been included in this text, since they are fundamental themes for a more complete analysis of the two themes, namely: Democracy and Modern-State.

Keywords: Democracy; Modern State; Globalization

Resumen: El presente texto es fruto de reflexiones en torno a la temática de la Democracia y del Estado Moderno, así como los principales desafíos que emergen en las sociedades contemporáneas a partir de la evolución tanto de la Democracia y del propio Estado Moderno. Para el desarrollo de tal discusión se optó por recorrer un itinerario que investigó desde las discusiones clásicas sobre las temáticas propuestas, pasando por los enfoques de algunos teóricos de los siglos XIX y XX, llegando a las formulaciones de autores contemporáneos. Los temas como el liberalismo, la globalización, la mundialización, el capitalismo acabaron también en el presente texto, en la medida en que son temas fundamentales para desarrollar un análisis más completo en torno a las dos temáticas, a saber: Democracia y Estado-Moderno.

Palabras clave: Democracia; Estado Moderno; La globalización

Democracia e Estado Moderno: um primeiro “olhar”

As discussões dentro das ciências sociais e áreas correlatas sobre a temática da Democracia e do Estado Moderno são diversas e bastante controvertidas. Quando se fala e/ou se escreve sobre a primeira nos dias de hoje, basicamente a referência é a concepção de democracia representativa. Importante ser destacado que não desejamos resumir o conceito de democracia apenas como procedimento de escolhas de lideranças, tal como propalado pela concepção liberal reinante, mas sim, como potencializadora da emancipação humana/social. Ao refletirmos sobre o Estado Moderno, a liberdade (mercado) e a igualdade (formal/estado) estão em constantes conflitos e dilemas quando vistas em relação a democracia teorizada pelos liberais supramencionados, permanecendo ora de forma sutil, ora de forma mais incisiva.

Para Rosanvallon (2002), na noção de liberalismo há um equívoco comum, seja para definir as concepções de Democracia assentadas nos preceitos Liberais, ou para definir um tipo de concepção econômica, uma vez que tanto num caso como noutro há uma simplificação da noção de liberalismo, ora afirmando a liberdade sob todas as suas formas (posição vaga), ora como uma tentativa de divisão do liberalismo em dois campos distintos (liberalismo econômico e liberalismo político).

A partir de Maquiavel, a definição do Estado Moderno passava pela compreensão de um poder político institucionalizado sobre um determinado território

com uma população específica, cuja escolha dos representantes ocorria mediante processos formais e institucionalizados – eleições.

Todavia, outros teóricos desenvolveram reflexões diferentes sobre a formação do Estado Moderno, tal como Charles Tilly (1996) com o livro “Coerção, Capital e Estados Europeus”. Nesta obra, o autor visa compreender a formação dos Estados Europeus, a ação coletiva e o desenvolvimento do capitalismo, dentre outros aspectos trabalhados que serão apresentados no presente texto. Tilly começa afirmando que o processo histórico de tentativa de defesa e ampliação de domínio de populações e territórios, por um determinado governante, ao mesmo tempo em que visava afirmar um Estado, também significava ameaça a outros, ou seja, há aqui um princípio de possibilidade de guerra internacional entre os países europeus. Todavia, falar em guerra implica em se ter infraestrutura e recursos necessários, além de força humana (exército). Mediante tais requisitos, os modos de produção e as estruturas de classe – já sobre um incipiente capitalismo que se fortalecia – foram fundamentais para os governantes extraírem os recursos necessários à guerra.

Giddens (2001), por sua vez, se insere na temática sobre o Estado Moderno, ou melhor, o compreendendo dentro da constituição do Estado-Nação, a partir de uma dualidade da estrutura, ou seja, haveria um processo histórico onde as ações (coletivas e individualizadas) criariam as estruturas. É um processo em que as estruturas ao mesmo tempo em que constroem também facilitam, seja para definição de um tipo de Estado ou para configuração de qualquer instituição dentro de uma sociedade. Para pensar o Estado-Nação, o referido autor nos dá um instrumental analítico centrado na sua teoria da estruturação, onde a dualidade estrutural é o fator central. Nesse sentido, para que haja uma ação é preciso que se tenha intencionalidade, razão (racionalização da ação), conhecimento do mundo social, reflexividade, consciência prática, conhecimento prático, conhecimento discursivo e motivação. Todos esses conceitos elencados são essenciais na compreensão de como as ações dos indivíduos influenciam e interferem nas estruturas. O poder, ou capacidade, de fazer alguma coisa (de agir dos indivíduos) só existe porque os indivíduos vivem constantemente em relações sociais que são mantidas pela rotina (ingrediente essencial para a manutenção das instituições

sociais). A rotina em si é uma dualidade, por um lado é imposta pelas instituições sociais (rotinas institucionalizadas) e, por outro, é gerada por procedimentos decorrentes da consciência prática – o feito (oposta à consciência discursiva – o dito). A consciência discursiva se assemelharia ao Ego e a consciência prática e esta é fundamental para a teoria da estruturação proposta por Giddens. A continuidade das práticas (sociais) depende da reflexividade, que só é possível devido à continuidade das práticas que as tornam nitidamente as mesmas através do tempo e do espaço. A reflexividade se assenta no monitoramento contínuo da ação que os seres humanos (indivíduos) exibem, esperando sempre o mesmo dos outros. O monitoramento reflexivo da atividade humana é uma característica da ação cotidiana e envolve a conduta do indivíduo (eu) e dos outros (nós). Os atores sociais controlam e regulam o fluxo de suas atividades como também esperam dos outros a mesma postura, além de monitorar rotineiramente aspectos sociais e físicos dos contextos em que se movem/inserem.

A partir dessas discussões podemos inferir que o Estado-Nação, em Giddens (idem), pressupõe tanto uma relação de dissolução de antigas formas de organização social, tal qual a relação cidade/campo, para estabelecer um novo padrão e novas instituições onde há uma conjectura poliárquica como base de funcionamento da vida política interna, como um processo de construção em contraposição e de relação entre os diversos Estados-Nação. Ou seja, há um monitoramento reflexivo de natureza internacional.

Nesse sentido, o monopólio legítimo da violência, a noção sistêmica de relações internacionais para afirmar um Estado-Nação, o capitalismo e o industrialismo, são fatores históricos que, vislumbrados a partir da teoria da estruturação (dualidade estrutural), nos propiciam uma possibilidade de interpretação da formação e desenvolvimento do Estado-Nação, seus vínculos com o capitalismo e o industrialismo e sua particularidade na esfera político-institucional (quando comparado ao estado tradicional ou absolutista).

Um dos pontos mais importantes sobre o desenvolvimento do Estado Nação, para Giddens (2001), se refere à indústria da guerra enquanto um fator importantíssimo para redefinição dos arranjos político-institucionais dos Estados tendo como base às relações internacionais, ou seja, as relações e contradições

entre países em uma ordem sistêmica. O pensamento liberal e seus respectivos desdobramentos conservadores perpassam pelo princípio da liberdade econômica, onde há a ideia central de que o indivíduo teria por direito inalienável a constante busca (procura) por seus fins materiais, donde todos, indiscriminadamente, teriam igualmente as mesmas formas de obtê-los (igualdade formal), isto é, haveria certa universalização da esfera econômica. Todavia, esta situação não se replicava na esfera da política, na qual não se verificava, nem formalmente, igual participação de todos os indivíduos na constituição do governo representativo.

Por outro lado, este debate também pode ser problematizado pela relação entre o mercado e a possibilidade da regulação legal institucional na esfera política, ou seja, entre o mundo das trocas e o mundo dos votos de deliberações políticas (MORAES, 1999). O que está posto nesta questão é a busca de compreensão do sistema econômico, especificamente, da economia de mercado a partir do século XIX – como esta dialoga, em quais condições e com que bases político-institucionais.

A chamada economia de mercado traz consigo um duplo movimento. De um lado, ela enfatiza que os valores sociais e as medidas políticas baseadas no princípio do mercado, sabem, melhor do que qualquer outra coisa, como produzir, o que produzir e como distribuí-los, de forma a tender sempre ao equilíbrio da sociedade, tanto na esfera econômica como na política. De outro lado, há sempre a dúvida de que o mercado, além de não saber tudo isto, também produz desequilíbrios econômicos, sociais e políticos e, por essa razão, haveria a necessidade de se controlar algumas coisas (estradas de ferro, condições de trabalho, infraestrutura urbana, comunicações, energia, dentre outros), além da política de auxílio (quando necessário) ao capital.

Tal debate entre o político e o econômico torna-se relevante a partir do nascimento da economia política clássica¹ e da afirmação do liberalismo como uma forma teórica e de vislumbre prático que permitiu a sintonia para a transformação econômica das nações, definindo as fronteiras de interconexão político-institucional com as funções do Estado, demarcando um momento histórico ímpar do capitalismo

¹Quesnay (1756/58), Cantillon (1755), Hume (1752), James Steuart (1757) e por fim Adam Smith em 1776 são os principais teóricos a dar um tratamento mais amplo a temática econômica sobre grande influência do individualismo metodológico e do naturalismo nas condições para explicar.

(na intensidade da acumulação). A economia política clássica, enquanto um campo do saber destinado ao entendimento de um novo modo de produção e organização das economias, dos mercados (vida comercial) e das trocas incipientes com o surgimento do capitalismo, ocorreu sob grande influência das raízes filosóficas, das questões correntes da vida comercial e o liberalismo político.

Desde Adam Smith, a busca constante do individualismo metodológico como unidade de apreensão das questões econômicas por meio da possibilidade de maximização (quantitativa) individual sempre esteve corroborada pela lógica mensurável proporcionada pela matematização do mundo e pela naturalização dessas relações atomísticas entre os indivíduos, cuja garantia é oriunda de uma lei geral e natural – mão invisível – que regularia em si, todas as relações econômicas e conseqüentemente, relações sociais. Segundo tais proposições, uma vez que as leis econômicas “naturais” faltassem, o Estado deveria esforçar-se para preservá-las.

Ao pensar a existência de leis naturais em associação ao entendimento de um Estado indissociável das sociedades políticas, pode-se deduzir que o Estado circunstancialmente passaria a ser visto como forma institucional mantenedora das condições de liberdade e progresso. Porém, nunca podendo legislar contra os interesses do mercado e, por conseguinte, contra as liberdades individuais dos capitalistas. Nesta perspectiva, tanto a noção de um Estado representativo quanto a de mercado seriam os fatores essenciais para garantia da liberdade dos indivíduos e, ao mesmo tempo, se emancipariam dos poderes pessoais, pois estariam assentados sob duas condições impessoais.

Para Jevons (1996), o Estado teria a função de encontrar e propor uma “rede de proteção” que se orientasse para o retorno do “equilíbrio” até que as leis naturais pudessem operar sem tal respaldo. O livre mercado, a liberdade, a propriedade privada e a vida são fatores fundamentais que o Estado deveria garantir². O exercício da liberdade proposta pelos teóricos neoclássicos, em corroboração aos liberais clássicos, supõe certas condições (objetivas e subjetivas),

²Essas garantias devem ser efetuadas pela pouca ou nula presença do Estado na economia, pelo direito de liberdade tanto no que se refere aos aspectos da economia como da política e/ou em outras instâncias das relações humanas e a propriedade privada ao deixar que o próprio mercado se regule segundo suas leis naturais e inerentes ao seu modo de organização.

sem as quais ele se realizaria em um nível precarizado e mínimo, que por sua vez, acabaria por perder sua “efetividade humanizadora” (MANCINI, 1995).

É decorrente deste contexto histórico que Keynes se insere, sendo ainda contemporâneo da crise de instabilidade econômica e social dos anos 20, passando pela restauração do padrão ouro pela Inglaterra, pela grande depressão, pela formação do bloco socialista e pelo aparecimento do nazi-fascismo, além das posições teóricas de Pigou que sustentava a tendência ao equilíbrio/ajuste natural das taxas de desempregos e de salários (críticas a época). Mediante tal contexto, Keynes elabora seu arcabouço teórico-metodológico de forma contrária à construída pelo paradigma Walrasiano de equilíbrio geral. Neste sentido, todo o pensamento assentado na Revolução Marginalista (Walrasiana) – da síntese neoclássica aos novos clássicos – vai de forma direta ou indiretamente negar e/ou neutralizar o pensamento Keynesiano. Um dos principais aspectos contidos nos dogmas da razão clássica e que Keynes irá romper – ou melhor, ir contra – é a noção do equilíbrio como estado imanente da economia capitalista, ou seja, ele contraria a noção de “global market clearing”, no qual o sistema de preços, em si mesmo, produziria uma ótima alocação dos recursos escassos entre fins alternativos, ou seja, não haveria nem excesso de oferta e nem de demanda, pois há uma tendência ao equilíbrio (inclusive do mercado de trabalho). Em síntese, Keynes é contrário a noção clássica de que o equilíbrio é evidenciado pela maximização das funções objetivas por parte dos agentes econômicos.

Com isto, o mecanismo automático de preços, engendrado pelo global market clearing, não é utilizado pelo modelo teórico-metodológico keynesiano, pois a economia capitalista é instável pela natureza intrínseca de seus componentes de oferta e demanda, mediante as possibilidades reais de incerteza e de expectativas dos agentes econômicos. Corroborando com este confronto keynesiano à noção de equilíbrio também há o princípio de incerteza, propalado por Keynes, como um dos principais fatores existentes no mundo capitalista. Enfim, a incerteza do futuro faz com que “tanto a eficácia marginal do capital – que depende dos rendimentos prováveis – quanto a taxa de juros – que depende, via de preferência pela liquidez, da relação entre a taxa de juros esperada no futuro e a taxa corrente – se fundam em um conhecimento nebuloso do futuro” (MAZZUCHELLI, 2003), ou seja, para

Keynes o futuro incerto pode tornar as expectativas passíveis de reavaliações, tendo como resultado uma fragilidade na confiança e nas convenções dos fundamentos econômicos. Nesse sentido, para Keynes não é possível inferir sobre a ocorrência do “global market clearing”, uma vez que a influência das decisões de gastos de uma importante fração da sociedade (os empresários capitalistas) só pode decidir se vão produzir, mas não se vão conseguir vender. Isso evidencia que a economia capitalista é marcada tanto pelo conflito, quanto pelo desequilíbrio, porém, tais estados não seriam ocasionados por fatores exógenos à economia capitalista – tal como propalado pela visão walrasiana. Segundo Keynes, o desequilíbrio seria um fruto inerente à economia capitalista constituída na busca incessante de valorização da riqueza apresentada de forma monetária num mundo/ambiente de incerteza. Outro fator apresentado em Keynes, que se choca frontalmente com as posições walrasianas, é a possibilidade de intervenção estatal na economia. Ao passo que para Walras essa intervenção é o motivo dos desequilíbrios, o impedimento do pleno funcionamento dos ajustes automáticos da economia – naturais –, para Keynes ao contrário, a intervenção é uma forma de combater a recessão e o desemprego por políticas fiscais (via gastos) ou por manipulação das taxas de juros para incentivar as decisões de gastos do setor privado em bens de capital (via monetária).

Neste sentido, a política monetária, apoiada na concepção de que a taxa de juros não é um mecanismo equilibrador entre a poupança e o investimento, faz com que a taxa de juros determinada no mercado monetário, ou como “prêmio” requerido pelos detentores de riqueza, acabam por levá-los a optarem por outros tipos de ativos, incluindo dentre eles títulos, empréstimos e bens de capital. Portanto, para Keynes, a moeda não é neutra, podendo influenciar de forma direta nas decisões de gasto da economia. Kalecki (1977) é outro autor da economia que, ao teorizar sobre o princípio da demanda efetiva, vai estabelecer uma relação de determinação entre as variáveis de gasto e renda, pois isso permitirá compreender o movimento e funcionamento de uma economia capitalista. Para tal, realiza um circuito dos fluxos de gastos, ou seja, para Kalecki (idem), o que moveria a economia seriam os gastos. Mediante tal determinação da renda pelos gastos ($I + C_k + C_w \rightarrow P + W + Y$), Kalecki (1977) nos apresenta alguns postulados essenciais, a saber:

- a) a renda estabelecida a priori é dividida entre as diferentes classes sociais;
- b) a sociedade é dividida entre duas classes sociais – capitalistas e trabalhadores assalariados;
- c) a divisão da economia em três departamentos, D1 (bens de investimentos), D2 (bens de consumo para capitalistas) e D3 (bens de consumo para trabalhadores);
- d) a renda dos trabalhadores é equivalente ao fluxo gerado por seus salários, conseqüentemente os trabalhadores poderiam gastar apenas o que ganham; e
- e) a distribuição da renda é insensível à variação do gasto.

Com base na determinação da renda pelo gasto, apoiada pelos postulados acima, se pode afirmar que é somente após o gasto – que por sua vez vai transformar a representação geral da riqueza (dinheiro) em uma forma específica de mercadoria – que vai surgir um fluxo de renda. O que está implícito aqui é a possibilidade dos agentes apenas decidirem sobre o quanto vão gastar, mas nunca o quanto vão receber pela venda das mercadorias produzidas, podendo engendrar problemas de insuficiência de demandas efetivas. Outro fator, também fundamental, se refere à forma com que a sociedade é dividida – entre capitalista e trabalhadores assalariados –, na qual a decisão de gastos também seria diferenciada entre as duas classes, sendo a primeira no investimento e a segunda no consumo. Neste sentido, tanto para os capitalistas quanto para os trabalhadores assalariados, as decisões do consumo dependeriam, em grande parte, de fluxos de renda pretéritos, os primeiros pelos lucros e os segundos pelos salários.

Para Kalecki (1977), o princípio da demanda efetiva determinaria a renda agregada da economia capitalista, visto que o autor tem a seguinte compreensão sobre o que seria demanda efetiva: o gasto determina a renda, a soma dos montantes de investimentos (capitalistas) e de consumo (trabalhadores assalariados via salários) ligados à realização do gasto em investimento determinariam a renda agregada da economia capitalista. Nesse sentido, pode-se afirmar que Kalecki (por meio da demanda efetiva) é completamente contrário a interpretação e compreensão clássica da economia, da chamada ortodoxia econômica em muitos de seus aspectos, principalmente aos centrais/fundamentais, a saber: a) mudança da determinação da renda pela oferta/produção para a demanda, conseqüentemente alterando a relação entre poupança e investimento; b) o

investimento sempre se autofinancia gerando aumento de renda, sendo que o equivalente ao montante gasto no investimento não é gasto no consumo. Com isto, a relação entre investimentos (se autofinancia, gerando lucro em soma igual ao montante investido) e poupança possui valor contábil independente das taxas de juros estabelecidas na economia, contrariando-se com isto as proposições teorizadas pela ortodoxia econômica. Nesta perspectiva, a poupança é um resíduo ex-post e não uma ação racional planejada para futuros investimentos. Por fim, segundo Kalecki (idem), a variação no consumo afeta o Produto na mesma intensidade e dependente dos fatores de distribuição da renda entre salários e lucros, ou seja, a diminuição dos salários não levaria ao menor nível de desemprego como o propalado pela concepção ortodoxa da economia, mas sim o seu aumento uma vez que os salários também são centrais para a determinação dos gastos em consumo, afetando neste processo o próprio produto. Neste sentido, pode-se afirmar, de forma geral e sintética, que a economia capitalista, por ser composta por duas classes (capitalistas e trabalhadores assalariados) e três departamentos (D1, D2 e D3), evidencia o circuito proposto por Kalecki de fluxo dos gastos.

Schumpeter (1984) é outro autor que se debruça mediante um contexto histórico-social e econômico muito ardente, seja pelos conflitos ou pelos novos ordenamentos que se estabelecem. Isto porque o autor está produzindo em um contexto que tinha no seu quadro histórico mais geral a depressão na década de 1920, o socialismo implementado em 1917 na URSS (no leste europeu) e o Welfare State dentre outros micro e macro aspectos presentes na Europa e no mundo como um todo, além do próprio debate travado com os autores marxistas dos Estados Unidos. Mediante tal contexto, o autor vai estabelecer a ideia de destruição criadora que na sua acepção vai ser fundamental para compreender a economia, mais que isto, o autor teoriza sobre uma temática central a economia capitalista ao estabelecer que a economia e conseqüentemente a sociedade como um todo está sujeita a mudanças pela capacidade de inovação. Esta concepção de inovação trás consigo alguns outros preceitos importantes, ou melhor, algumas contraposições fundamentais para a compreensão da economia capitalista e sua tendência à destruição engendrada pelo seu próprio sucesso. Nos referimos aqui à contraposição entre a rotina (algo estabelecido, de reprodução do já existente) e a

inovação que não só estaria em negação com a rotina como também estaria estabelecendo algo novo, cujo principal ator (responsável por tais mudanças), num primeiro momento, é o empresário. Isto porque para Schumpeter (idem) o desenvolvimento social moderno estaria conduzindo o capitalismo por vários processos ou etapas de organização dos modos de produção.

A primeira seria o capitalismo empresarial, a segunda, o capitalismo organizado/burocratizado, e por fim, o socialismo (entendido pelo autor apenas como um sistema econômico onde os negócios da economia pertenceriam a esfera pública, ou seja, apenas uma reorganização econômica da sociedade, não possuindo com isso nem um valor de luta de classes e nem em outras esferas culturais, diferenciando-se com isto das concepções de socialismo presentes e/ou decorrentes do pensamento de Marx). A inovação oriunda da atuação do empresário pela técnica, pelos novos arranjos organizacionais e/ou institucionais é apenas alguns dos traços marcantes da economia capitalista referente a sua dinâmica constante de mudança, ou seja, mudanças por meio de novos métodos de produção, de organização, de novos produtos e principalmente por novas tecnologias.

A quebra e/ou substituição da rotina pela inovação (oriunda do empresário) estabelece a destruição do já estabelecido pelo novo, pode ser representado no “mundo” econômico pela diminuição dos custos de produção pela introdução de novas técnicas de produção ou pela criação de novos gastos e produtos, em ambos os casos substituindo os já existentes. A inovação, por parte dos empresários, viria da busca incessante de lucros extraordinários decorrentes de monopólios que, num primeiro momento, lhes conferiria vantagens competitivas frente aos demais concorrentes, porém, este lucro é apenas temporário por decorrência de dissipação das inovações por toda a economia no tempo e no espaço, o que, sempre estaria engendrando um movimento nos empresários de busca constante por inovações (SCHUMPETER, 1984). Ao estabelecer estes preceitos de concorrência o autor acaba por criticar os supostos da concorrência pura e perfeita, propalada desde Smith, ou seja, a concorrência seria determinada pela existência de inovações na economia capitalista. Este processo de destruição criadora, no qual a economia capitalista está sujeita por meio das inovações, traz a ideia de que o capitalismo,

enquanto modo de produção determinado historicamente, também teria seu fim/sua superação, não por via de seus fracassos e insucessos, mas pelo seu próprio sucesso, tal como propalado por teóricos anteriores. Esta destruição, como já salientado acima, seria do capitalismo empresarial para o capitalismo burocrático, e por fim, para o socialismo.

Parte desta perspectiva anticapitalista, ou de superação do mesmo pelos seus sucessos, viria de três aspectos, a saber: o desenvolvimento econômico solaparia a função empresarial, substituindo as atividades individuais pelas atividades de comissões e equipes especializadas; o enfraquecimento da propriedade individual decorrente de uma forma moderna e mais difusa de propriedade numa sociedade anônima e, por fim, o capitalismo encorajaria uma atitude racional e crítica que voltaria contra si mesmo, criar-se-ia uma grande camada de intelectuais.

Por fim, Schumpeter (idem) ainda vai partir de sua construção teórico-metodológica para compreensão da economia capitalista para também tentar compreender o mundo da política, mais precisamente a Democracia, vis-à-vis por analogia entre funcionamento e dinâmica da economia e da política. A Democracia então seria um arranjo institucional semelhante ao mercado, onde os grupos/indivíduos seriam por analogia a empresas/empresários e os eleitores aos consumidores. Porém, embora a economia e a política funcionassem por analogia (conexão de sentido na acepção Weberiana) estariam separadas no movimento real e, é justamente esta separação que, para o autor, determinaria a possibilidade de existência de Democracia em um modo de produção socialista (separação da esfera econômica da esfera política). Todo este debate sobre o pensamento da economia política clássica nos traz à tona a controvérsia entre a ideia de mercado dissociada da noção de Estado, ou da Política. O que aqui nos interessa é perceber como historicamente os defensores e os críticos da noção de mercado estabelecem conexões de sentido entre o econômico e o político para formalizarem teorias para o entendimento, formação e dinâmica da sociedade atual.

Globalização e Estado Moderno em debate

A sociedade global engendra consequências negativas e/ou positivas para as sociedades nacionais, uma vez que ela produz e reproduz socialmente as contradições presentes no modelo de produção do capital. Mas falar de uma sociedade global, que traz reflexos imediatos às sociedades nacionais, não implica dizer que a primeira está deslocada “das segundas”. A sociedade global surge como um desdobramento de padrões culturais e espirituais presentes em países desenvolvidos, dominantes e hegemônicos que, pelos meios de comunicação (escrito, televisivo ou por via da internet), da mundialização comercial, mundialização da produção e financeira, acabam reproduzindo de forma desigual e combinada (em esfera global) a produção material e espiritual das diversas sociedades.

Porém, cabe salientar que a sociedade global não é igual a soma das sociedades nacionais, ou seja, ela é maior do que a soma das partes, pois tem movimentos próprios e desfruta de uma configuração peculiar, complexa e contraditória. Podemos afirmar que a história dos povos tem sido marcada pelas configurações histórico-sociais abrangentes, tais como o feudalismo e o escravismo antigo, o mercantilismo, o colonialismo e o imperialismo, ou o capitalismo e/ou o socialismo.

O globalismo também é uma forma histórico-social abrangente que convive com diversos dilemas e diversas formas sociais de vida e de trabalho (IANNI, 1997, p. 217). As realidades econômicas, sociais, culturais e políticas emergem e são dinamizadas com a formação da sociedade global. Na base desse globalismo encontra-se o velho capitalismo e é a globalização do capitalismo que se constituiu num processo histórico-social de ímpetus excepcionais e avassaladores desde a Segunda Guerra Mundial, se acirrando com o fim da guerra fria. Apesar de recente a globalização do capitalismo é um processo histórico que tem magnitudes extensas e suas consequências têm atingido tanto os países desenvolvidos como aqueles em desenvolvimento, os que eram socialistas e os que ainda são, todos de uma forma ou de outra têm apresentado modificações e avanços tecnológicos promovidos por

corporações transnacionais associadas ou não a empresas nacionais privadas ou estatais.

Simultaneamente a este processo de inovação tecnológica, realizam-se reformas institucionais que compreendem a desestatização de empresas, a desregulação da economia, a mudança da legislação trabalhista e a abertura dos mercados. Cabe salientar que, embora os processos citados acima, constituam hoje em dia uma política global, atingindo tanto os países do sul como os do norte, a forma com que são implantados é diferente e o tipo de relação e os atores que participam do mesmo também se diferenciam conforme o país.

A globalização acontece de forma global, no entanto não há a socialização dos benefícios em termos globais, mas sim uma reprodução das desigualdades, uma vez que os países centrais têm como meta, como proposição ideológica, a economia de mercado. Neste processo, aos poucos, as sociedades baseadas nas sociabilidades das prestações pessoais, ou na de produção de valores de uso, são substituídas pelas sociabilidades baseadas em contratos, na produção de valores de troca. Pode-se afirmar, portanto, que a globalização é uma forma histórico-social global, desigual e problemática, é uma configuração geo-histórica, social, econômica, política e cultural contraditória, na qual a ideologia neoliberal está presente, inclusive em cenários dominados por outras tendências ideológicas, tal como a Social-democracia.

Cabe destacar, porém, que as manifestações produzidas por esse processo de globalização do capitalismo podem, em maior ou menor intensidade, ser diferenciadas em seus impactos positivos e/ou negativos conforme a orientação política e/ou ideologia presente. A rigor o globalismo cria problemas reais ao Estado-Nação, tais como a tendência à homogeneização, a criação e o agravamento de problemas sociais, e isso implica fragmentação e provoca a ressurgência de localismos, nacionalismos, racismos e fundamentalismos.

Todavia, o globalismo e o imperialismo se contrapõem, se dinamizam, se atritam e complementam-se conforme a dinâmica das relações dos processos de produção capitalista enquanto um modo de produção mundial. Todavia, um e outro são diferentes, embora ambos possam se determinar reciprocamente, pois o globalismo assume histórica e teoricamente maior abrangência que o imperialismo,

esse último pode estar contido no primeiro ou se dinamizar por processos históricos próprios.

O Brasil foi o último país latino americano a entrar na ciranda financeira global de submissão às políticas de liberalização financeira e comercial e de desregulamentação cambial com a finalidade de voltar a atrair o capital internacional. O Brasil inseriu-se nesse novo quadro financeiro global de forma subordinada na década de 1990. A trajetória econômica do Brasil foi marcada por uma expansão significativa de investimentos estrangeiros, principalmente a partir da década de 1970, apresentando um processo de diminuição e/ou interrupção da expansão das exportações na década de 1980, voltando a apresentar um crescimento modesto a partir da década de 1990, com a implantação da liberalização das políticas comerciais e financeiras (TAVARES, 1998). O Brasil está vivendo uma fase que pode ser caracterizada como “nova dependência”, processo esse que se dá concomitantemente a uma transição democrática inacabada. Com base nesse quadro em que o país se encontra, é preciso que o Estado brasileiro não se limite ao estabelecimento de normas jurídicas de regulação, mesmo porque o Brasil não possui fortes tradições culturais de regulações jurídicas ou mesmo de qualquer outra forma institucional. Recentemente temos assistido ao desmantelamento dos serviços públicos, da infra-estrutura básica (tal como energia), e de partes dos setores produtivos.

Considerações finais

A globalização enquanto um processo geral, que tem atingido o ocidente e o oriente, apresenta-se como um processo do qual ninguém parece escapar, nos colocando duas questões cruciais. A primeira referente aos espaços de autonomia para as formulações de políticas nacionais de desenvolvimento econômico e social sustentado, enquanto a segunda (decorrente da primeira, porém com algumas especificidades), nos remete ao alcance da soberania do Estado-Nação no marco de globalização crescente e suas diversas consequências, sejam elas negativas e positivas.

A análise do processo de globalização sugere que o mesmo tem ocorrido, em grande parte do mundo, dentro de uma ordem unipolar e isso tem sido o principal fator a impactar negativamente na autonomia da maioria dos Estados Nacionais. Com a globalização houve o aumento dos “rentistas” e a diminuição gradativa da participação do trabalho. É um processo em que impera a guerra cambial como uma forma de garantir e de favorecer a permanência de plantas industriais em um determinado local e, muitas vezes, esta disputa cambial onera os cofres públicos dos estados, países ou mesmo cidades em que as indústrias se instalam. Outro fator dessa nova dinâmica é a diminuição dos investimentos na ampliação das capacidades produtivas em favor do aumento nos investimentos de ordem financeira e patrimoniais. Isso sem falarmos da brutal aceleração da circulação mundial de capitais especulativos, que acabam sitiando as democracias e Estados Nacionais ao atualizar, constantemente, os conflitos e dilemas entre a liberdade (mercado) e a igualdade (formal/estado).

Por fim, com a sociedade globalizada e o perfil socioeconômico em que o Brasil se encontra a escolha mais racional para o crescimento sem dependência da economia brasileira seria a regeneração dos aparelhos de intervenção estatal, seja para guiar e priorizar os investimentos de forma a propiciar o crescimento econômico e social, seja para engendrar uma maior inserção internacional do país.

Referências

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998.

CHESNAIS, François. (coord.). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Editora Xamã, 1998.

COUTINHO, Mauricio. Chalfin. *Lições de economia política clássica*. São Paulo. Editora Hucitec, 1993.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *O Estado-Nação e a Violência*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard. *História do pensamento econômico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. RJ: Editora Civilização Brasileira, 1986.

_____. *Teoria da Globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *A era do Globalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JEVONS, W. Stanley. A teoria da economia política. *Tradução de Cláudia Laversveiler de Moraes*. Coleção Os Economistas. Editora Nova Cultural: São Paulo, 1996.

KALECKI, Michal. Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. Tradução de Paulo de Almeida. Coleção Os Economistas. Editora Nova Cultural: São Paulo, 1996.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Coleção Os Pensadores).

_____. O capital, (Livro I, volume I). SP: Nova Cultural, 1988.

MARSHALL, Thomaz Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Maria da Conceição Tavares e o Pensamento Econômico*, (2003).

_____. *O Pioneirismo de Smith*, (2003).

MORAES, Reginaldo Corrêa. O Liberalismo revisitado (I): os limites da democracia. *Textos Didáticos*, IFCH/UNICAMP, fevereiro, 1999.

PASSET, RENE. *A ilusão neoliberal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. Bauru, SP: EDUSC; 2002.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*, (Volume I). São Paulo: Nova Cultural, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição; MELIN, Luiz Eduardo. Mitos Globais e Fatos Regionais: a nova desordem internacional. In Fiori, José Luís et al. *Globalização – O Fato e o Mito*, (org.) Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

TILLY, Charles. *Coercion, capital, and european states*, Cambridge-Oxford, Blackwell, 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice.. *The politics of the world-economy*. Cambridge University Press, 1984.

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos. Democracia e ordem internacional: reflexões a partir de um país grande semiperiférico, *Primeira Versão*, Nº 103. IFCH/UNICAMP, Março de 2002.

_____. Restructuring World Economy: arguments about “market-oriented reforms” in developing countries, *Primeira Versão*, Nº 68. IFCH/UNICAMP, Fevereiro de 1997.

ZORRILLA, Ruben Hector. Origen y formación de la sociedad moderna: historia social de accidente. Argentina, El Ateneo, 1988.

SOBRE AUTORES

Silvano da Conceição

Doutorado em Sociologia - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Instituição em que trabalha: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Bahia – Brasil. Docente junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) – UESB. Líder do Grupo de Pesquisa “Legados Africanos, Relações Étnico-Raciais Contemporâneas e Legislação Educacional” (cadastrado junto ao CNPq). Correio eletrônico: silconceicao@uesb.edu.br

Alessandro André Leme

Doutorado em Ciência Política pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Instituição em que trabalha: Universidade Federal Fluminense – UFF. Docente junto ao Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Líder do Grupo de Pesquisa “Estratégias para o Desenvolvimento, Estado e Pensamento Sócio-Político” (cadastrado junto ao CNPq). Correio eletrônico: alessandro_leme@id.uff.br